

CONJUNTURA

Deflação pelo 2º mês seguido

Combustíveis derrubam o IPCA de agosto. Mas, para economistas, esse resultado não deve se sustentar a longo prazo

» RAPHAEL PATI*

Mais uma vez sob o impacto do corte de impostos e da redução de preços de combustíveis nas refinarias anunciada pela Petrobras, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação pelo segundo mês seguido. Em agosto foi -0,36%, depois do recuo de -0,68% em julho, como divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, a inflação em 12 meses baixou do nível de dois dígitos pela primeira vez em quase um ano: desceu dos 10,07%, no acumulado até julho, para 8,73%.

O impacto da queda no preço dos combustíveis foi expressivo. Os quatro itens que fazem parte direta ou indiretamente da vida do brasileiro — gás veicular (-2,12%), óleo diesel (-3,76%), etanol (-8,67%) e gasolina (-11,64%) — tiveram redução de preços. Além disso, o grupo de transportes, em geral, teve recuo de -3,37%, o que contribuiu em -0,72 pontos percentuais (p.p.) no resultado final.

A queda acentuada do preço dos combustíveis é resultado da aprovação do teto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o insumo, cuja lei foi sancionada em 24 de junho pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Além disso, as quatro reduções realizadas pela Petrobras nos últimos dois meses — fruto da queda no preço internacional do petróleo — contribuíram para o resultado.

Por não considerarem sustentável a queda da carestia, especialistas acreditam que a inflação negativa será temporária. “Não é porque tivemos dois meses com deflação que o controle inflacionário está perfeito. Não está. Essa inflação vai voltar à sua rotina normal quando superar essa deflação, digamos, quase que administrada, porque é um efeito direto de duas medidas da administração pública”, alerta o economista Antônio Carlos Alves dos Santos, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

Além da redução do ICMS e da queda do barril de petróleo, outra decisão de governo que afeta o preço dos combustíveis é a ausência de incidência de PIS/Cofins e Cide nos combustíveis. Durante a sabatina do *CB.Poder*, na última quinta-feira, Bolsonaro disse, se reeleito, que deve manter zerados esses dois tributos para 2023.

Mas para William Baghdassarian, economista e professor do Ibmec-DF, a volta desses dois impostos poderia elevar o preço dos combustíveis em torno de R\$ 0,80. Considerando as eleições de outubro, o próximo presidente decidirá se a União continuará a perder receita.



Não é porque tivemos dois meses com deflação que o controle inflacionário está perfeito. Essa inflação vai voltar à sua rotina normal quando superar essa deflação, digamos, quase que administrada”

Antônio Carlos Alves dos Santos, professor da PUC-SP

“Se voltarem os impostos, a gente fala de uma coisa em torno de R\$ 0,80 de aumento. E assim pode ter uma inflação, caso o preço do barril de petróleo no mercado internacional não caia”, adverte.

A redução do preço dos planos de telefonia fixa e móvel também foi outro fator que impulsionou a deflação de agosto. De acordo com o IBGE, o grupo “Comunicação” teve queda de -1,10% no mês passado. Os planos de telefonia fixa no período tiveram saldo negativo de -6,71%, e os de telefonia móvel, de -2,67%.

Alimentos

Outro destaque da pesquisa foi a desaceleração do grupo de alimentos e bebidas, que passou de uma alta de 1,30% em julho para 0,24% em agosto. Segundo o IBGE, houve uma quase estabilidade no componente “alimentação dentro do domicílio”, que registrou alta de 0,01%. Em contrapartida, a “alimentação fora do domicílio” teve inflação de 0,89%.

O levantamento mostra que houve queda no preço do leite longa vida, que em julho teve um aumento de 25,46% e, em agosto, recuou 1,78%. Outros itens que caíram de preço: tomate (-11,25%), batata inglesa (-10,07%) e óleo de soja (-5,56%).

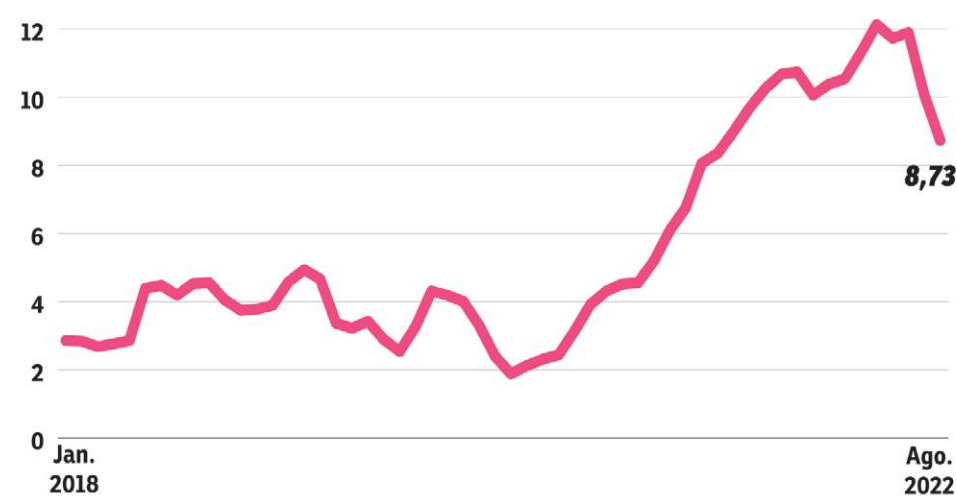
No sentido inverso foram queijo (2,58%) e frutas (1,35%). Já o frango em pedaços assustou: disparou 2,87%, resultado que, segundo Aurelio Troncoso, economista e coordenador do Centro de Pesquisas do Mestrado da Unialfá, é consequência do aumento da demanda pelo alimento. “Como a carne bovina está muito cara, as pessoas optam pelo frango”, explica.

*** Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Trajetória da carestia

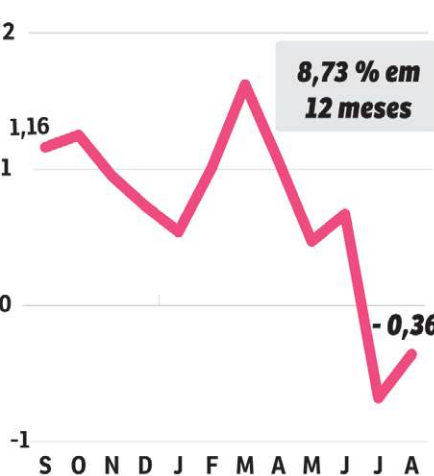


VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES, EM %



Fonte: IBGE

EVOLUÇÃO EM RELAÇÃO AO MÊS ANTERIOR (EM %)



AFP

Veículos têm a maior produção em 21 meses

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Em agosto, 238 mil automóveis saíram das linhas de montagem

A produção das montadoras de veículos alcançou, em agosto, o maior volume em 21 meses, somando 238 mil unidades, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. O número supera em 43,9% o total do mesmo mês de 2021. Na comparação com julho, a alta foi de 8,7%, conforme balanço divulgado, ontem, pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

É a maior produção desde novembro de 2020, quando 238,2 mil veículos foram montados no país. Com o resultado, as fábricas invertem o sinal negativo e passam a mostrar crescimento de 4,7% no acumulado desde o primeiro dia do ano, com 1,55 milhão de unidades montadas nos oito primeiros meses de 2022.

Apesar de a irregularidade no fornecimento de peças persistir, interrompendo parte ou toda a produção em fábricas como Volkswagen e Nissan, as paradas tornaram-se menos frequentes, permitindo uma recomposição da oferta. Assim, a indústria vem

conseguindo entregar mais carros para os clientes frotistas, especialmente as locadoras de carros, o que permitiu em agosto o melhor resultado em vendas dos últimos 20 meses.

Na soma de todas as categorias, 208,6 mil veículos foram vendidos no mês passado, com

alta de 20,7% frente ao número de um ano antes e de 14,6% em relação a julho.

Exportação

As exportações seguem subindo, somando 46,8 mil veículos no mês passado, 58,9% a mais do

que em agosto de 2021. Nos oito primeiros meses do ano, as montadoras venderam para o exterior 335 mil, crescimento de 32,2%.

O levantamento mostra, ainda, que as fábricas abriram 255 vagas em agosto, fechando o mês com 104,2 mil empregados. Em 12 meses, 1,1 mil postos foram criados.

Citando a alta dos juros, além de impactos associados à Copa do Mundo e às eleições, a direção da Anfavea manifestou “otimismo moderado” em relação às vendas até o final do ano. Durante a apresentação dos resultados do mês passado, o presidente da entidade, Márcio de Lima Leite, observou que, além da alta dos juros nos financiamentos de veículos para perto de 30% ao ano, as vendas a prazo estão sendo feitas com entradas de 60% — ou seja, os bancos aceitam financiar 40% do automóvel. “É algo pesado. Aqueles consumidores que dependiam de crédito deram um passo para trás porque houve maior restrição”, observou.

ENFERMAGEM

Piso da categoria tem dois votos contra

» MICHELLE PORTELA

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para manter suspensa a Lei 14.314/2022, que criou o piso salarial dos profissionais da enfermagem. Foi no julgamento virtual da matéria, que começou ontem, e que segue até o dia 16 — a menos que haja pedido de vista ou destaque (para forçar julgamento presencial), o que retardaria uma decisão. O segundo a votar foi Ricardo Lewandowski, que também se manifestou contrariamente à lei.

Barroso é o relator da ação e responsável por suspender, liminarmente, a legislação por 60 dias até que entes públicos e privados se manifestem sobre os impactos econômicos de concederem o reajuste previsto. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222 foi apresentada pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) em conjunto com outras entidades

— como a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) e a Federação Brasileira dos Hospitais (FBH).

O ministro relator se posicionou pela manutenção e levou em consideração três fatores justificados pelas instituições que impetraram a ADI: a situação financeira de estados e municípios e os riscos de insolvência; a empregabilidade, por causa das alegações de demissões em massa; e a qualidade dos serviços de saúde, devido ao risco de fechamento de leitos e de redução nos quadros de enfermeiros e técnicos de enfermagem.

No voto, Barroso defende a análise do tema, mas aponta dificuldades. “As questões constitucionais postas nesta ação são sensíveis. De um lado, encontra-se o legítimo objetivo do legislador de valorizar os profissionais de saúde, que, durante um longo período de pandemia, foram exigidos até o limite de suas forças. De outro lado, estão os

Nelson Jr./SCO/STF



Barroso manteve no voto os princípios da liminar que concedeu

riscos à autonomia e higidez financeira dos entes federativos, os impactos sobre a empregabilidade no setor e, por conseguinte, sobre a própria prestação dos

serviços de saúde”, salientou.

Já o voto de Lewandowski não se deteve em análises e manifestou-se observando somente que acompanharia o relator.

Negociações

Enquanto o STF analisa a matéria, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenta negociar com o governo uma fonte de recursos para cobrir as despesas geradas pelos novos valores do piso — a verba sairia possivelmente do orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele teve uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a questão, mas não se chegou a um consenso.

A Lei 14.314/2022 foi aprovada pelo Congresso e sancionada em 4 de agosto pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Estabelecendo o piso salarial de R\$ 4.750 para enfermeiros, além de 75% desse valor para técnicos de enfermagem e de 50% a auxiliares e parteiras.

Em 10 de agosto, porém, a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) ingressou com a ADI 7.222, assinada também por outras sete entidades e com apoio de 10 interessadas na causa. União, Senado e Câmara defendem a constitucionalidade da nova regra.

» Leilões: cláusula divide o risco

O governo estuda incluir nos contratos das próximas concessões rodoviárias uma cláusula que prevê o compartilhamento de risco de demanda do operador privado com a União. Segundo técnicos da equipe econômica, a medida tem potencial para reduzir em até 22% o valor da tarifa de pedágio. Pela proposta em estudo no Ministério da Economia e apresentada ao Ministério da Infraestrutura, os contratos devem prever revisões periódicas, a cada quatro ou cinco anos, para avaliação dos efeitos econômicos, financeiros e de tráfego nas rodovias. Se a demanda de veículos projetada nos editais não for atingida, a ideia é de que a concessionária possa suspender o cronograma de obras previstas. Atualmente, o risco de demanda das concessões rodoviárias é absorvido pelo operador privado. E os contratos não preveem mecanismos e gatilhos para mitigar os eventuais efeitos de uma demanda superdimensionada.